

Os efeitos da produtividade e da intensidade do trabalho sobre a subjetividade dos trabalhadores.

Laura Valle Gontijo.

Cita:

Laura Valle Gontijo (2019). *Os efeitos da produtividade e da intensidade do trabalho sobre a subjetividade dos trabalhadores. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1788>



Os efeitos da produtividade e da intensidade do trabalho sobre a subjetividade dos trabalhadores

Laura Valle Gontijo

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a diferença entre produtividade e intensidade de trabalho e seus efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores à luz teoria do valor, de Marx. Enquanto produtividade é frequentemente tema debatido nas Ciências Econômicas, a intensidade tem sido tema de pesquisas na Sociologia, com enfoque principalmente sobre os seus efeitos nos trabalhadores (doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, etc.). Foi realizada uma revisão de literatura para levantamento de artigos e livros que abordam cada um dos conceitos e seus efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores. Pretende-se demonstrar que, embora ambos os conceitos sejam muitas vezes tidos como semelhantes, eles produzem um impacto diferente na subjetividade dos trabalhadores. Parte-se da hipótese de que enquanto a produtividade pode ser vista como positiva pelos trabalhadores, a intensidade produz efeito oposto. Ao final do estudo, concluímos que tanto intensidade como produtividade podem ser vistas pelo trabalhador como positivas ou negativas, dependendo da forma salarial. Concluímos também que é importante para a análise do processo de trabalho na contemporaneidade e seu impacto sobre a subjetividade do trabalhador o resgate da discussão sobre salário por peça, por hora e por tempo, feita por Marx nos Capítulos XVIII e XIX do Livro I de “O Capital”.

Palavras-chave

Intensidade do trabalho, produtividade do trabalho, jornada de trabalho, teoria do valor, subjetividade do trabalho

Introdução

A literatura internacional e nacional estabelece que, a partir da década de 1980, com a reestruturação produtiva nos países centrais, começou um surto de intensificação laboral, que se estende até os dias atuais. Green (1999) afirma que a intensidade do trabalho verificada na Inglaterra a partir da década de 1980 se deve às inovações tecnológicas (principal fator de aumento da produtividade do trabalho) e às mudanças organizacionais, que permitiram maior controle do processo e dos resultados do trabalho pelas empresas.

Pesquisas realizadas, nos últimos trinta anos, pela Fundação Europeia para o Desenvolvimento das Condições de Vida e de Trabalho, as *European Working Conditions Survey* (EWCS), também confirmaram esta tendência (Boisard *et al*, 2003; Burchel *et al*,



2009), assim como pesquisas brasileiras (Dal Rosso, 2008; Seligmann-Silva, 2011; Sguissardi; Silva Júnior, 2009; Cardoso, 2015).

No que diz respeito à jornada de trabalho, segundo Costa, Horta Roldán e Dal Rosso (2014) e Dal Rosso (2012), há duas tendências na evolução da jornada média de trabalho no mundo. Uma consiste na sua diminuição, outra, em sentido contrário, no seu prolongamento. Segundo esses autores, em 2012, ou seja, antes da aprovação da atual Reforma Trabalhista (Brasil, 2017), para 22% dos trabalhadores brasileiros, a jornada de trabalho era excessivamente longa e ultrapassava as 44 horas semanais, estabelecidas pela Constituição de 1988. Percentual que será ainda maior após 2017, com a entrada em vigor da reforma.

No que diz respeito à produtividade, as inovações tecnológicas e as inovações na gestão do trabalho colocadas em prática pelo toyotismo representaram um aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, já que este padrão de acumulação do capital se fundamenta em aumentar a produtividade reduzindo constantemente o número de trabalhadores.

Este artigo buscou realizar uma comparação de estudos que abordam os conceitos de intensidade e produtividade do trabalho e seus efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores. Inicialmente pretendeu-se demonstrar que, embora ambos os conceitos sejam muitas vezes tidos como semelhantes, eles produzem um impacto diferente na subjetividade dos trabalhadores. Partiu-se da hipótese de que, enquanto a produtividade pode ser vista como positiva pelos trabalhadores, a intensidade produz efeito oposto. A hipótese foi parcialmente negada. Produtividade e intensidade em si não são vistas como respectivamente positiva e negativa pelos trabalhadores, ambas são vistas como positivas e negativas a depender da forma como o trabalhador é remunerado. Se o trabalhador é submetido a formas salariais que aumentam sua ilusão de que quanto mais ele produz mais ele será remunerado, como é o salário por peça, ele tenderá a acreditar que ambas, intensidade e produtividade, são positivas. Como afirma Marx (1984), o salário por peça ou por hora é a melhor maneira que o capital tem de capturar a subjetividade do trabalhador, pois fornece a aparência de que todo o trabalho é pago e estimula no trabalhador o interesse em aumentar a sua intensidade e produtividade e prolongar sua jornada de trabalho.

Conclui-se, portanto, que tanto para entender o novo padrão de acumulação como para compreender as categorias de intensidade, produtividade e jornada de trabalho na contemporaneidade, é importante observar que houve uma reintrodução do salário por



peça, embora sob diversas máscaras, no processo de trabalho contemporâneo e este fator é fundamental para compreender a subjetividade dos trabalhadores.

Fundamentação do problema

Intensidade, produtividade, jornada de trabalho. Esses três aspectos do processo produtivo podem ser vistos de formas diferentes pelos trabalhadores? Por meio de qual dessas magnitudes de extração de mais-valia a subjetividade do trabalhador é capturada de forma mais fácil e por quê? Há semelhanças entre o fordismo e o toyotismo na maneira de capturar a subjetividade dos trabalhadores? Essas foram as perguntas que motivaram este estudo. Para responder a estas perguntas foi realizada uma revisão bibliográfica das obras dos principais autores que abordam a reestruturação produtiva e o toyotismo e do Livro I de “O Capital”, de Marx.

Metodologia

Este estudo buscou abordar a intensidade e produtividade do trabalho e seus efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura com os principais autores da Sociologia do Trabalho que abordam cada um desses conceitos.

“Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 167). Dessa forma, é parte essencialmente da revisão de literatura a pesquisa bibliográfica. Segundo Caldas (1986, p.15), “a pesquisa bibliográfica representa a coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes”.

Figueiredo (1990) não concorda com a classificação da revisão em tipos diferentes de acordo com sua função ou conteúdo, pois todas precisam conter informação didática e bibliográfica. Já Noronha e Pires (2000), classificam as revisões de acordo com seu propósito, abrangência, função, tratamento e abordagem.

Segundo Moreira (2004), as revisões de literatura podem desempenhar uma função importante no intenso fluxo informacional da contemporaneidade, que é o de localizar e manejar corretamente as fontes de informação como recurso para seleção de documentos e identificação do “estado-da-arte” da área em estudo.

Neste estudo não se optou por adotar um tipo específico de revisão de literatura de acordo com as classificações existentes. A revisão de literatura empreendida aqui teve como



objetivo colocar em debate a questão da intensidade e produtividade na sua relação com a subjetividade e sugerir o resgate da categoria salário por peça ou por hora para compreensão das formas de captura da subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade.

No levantamento bibliográfico, procurou-se identificar os principais autores dos estudos de produtividade, intensidade, jornada de trabalho, sociologia do trabalho e trabalho e subjetividade da contemporaneidade. Tendo em vista a Sociologia do Trabalho ter como principal pilar teórico a obra “O Capital” de Karl Marx, esta foi uma das principais fontes deste estudo.

Resultados e Discussão

Com a passagem do padrão de acumulação fordista-taylorista para o toyotista, a extração de mais-valia passou a se apoiar na flexibilidade dos processos de trabalho e, conseqüentemente, na erosão do trabalho estável, na ampliação das formas desregulamentadas de trabalho precário e em altas taxas de desemprego (Alves, 2009; Antunes, 2009; Antunes, 2015; Costa, Horta, Roldán, Dal Rosso, 2014). O aumento da intensidade do trabalho, um dos três fatores que interferem na extração de mais-valia, segundo Marx (1984), será uma das principais características da subsunção do trabalho a partir dos anos 70, nos países centrais, e nos anos 90, nos países periféricos.

Descrita de diversas maneiras, como “densidade”, “condensação”, “tensão”, “esforço”, “carga laboral”, “velocidade”, “prazos”, “passo do trabalho”, “acumulação de tarefas e funções”, “tempos e movimentos” (Cardoso; Dal Rosso, 2015), para Cardoso (2013), a intensidade de trabalho é o:

“Esforço físico, psíquico e mental dos trabalhadores para darem conta das exigências do posto, durante o tempo de trabalho ou pode ainda ser definida como o esforço efetuado pelos trabalhadores para atender aos constrangimentos da organização do trabalho durante uma unidade de tempo” (Cardoso; 2013, p.11).

Concomitante ao aumento na intensidade do trabalho, com a reorganização do padrão de acumulação capitalista, se popularizaram doenças do trabalho que anteriormente eram irrelevantes ou desconhecidas, como os distúrbios osteomusculares (Mendes; Borges; Ferreira, 2002) e os transtornos mentais (Dejours, Bègue, 2010) e, paulatinamente, o ambiente de trabalho se converteu em espaço de adoecimento (Antunes; Praun, 2015; Cardoso, 2015), que não raro leva os trabalhadores à morte (Costa, 2017).



Para Askenazy e Caroli (2001) e Cartron e Gollac (2002), apesar de paradoxal, a intensidade do trabalho e a difusão de inovações organizacionais estão diretamente relacionadas à degradação das condições de trabalho e, conseqüentemente, ao adoecimento físico e psíquico dos trabalhadores e ao aumento da ocorrência de acidentes de trabalho. Esta realidade é muito pior quando se trata dos países periféricos (Antunes; Praun, 2015), como o Brasil, no qual o trabalho precário é hegemônico. Segundo Seligmann-Silva (2011), o sofrimento mental dos trabalhadores brasileiros, fruto da intensidade cada vez maior do trabalho, é agravado pelo temor do desemprego.

O segundo fator de extração da mais-valia, segundo Marx, é o prolongamento da jornada de trabalho. Historicamente, as lutas históricas da classe trabalhadora sempre estiveram em torno da diminuição das horas de trabalho, que, no século XIX, poderiam ultrapassar facilmente as dezesseis horas diárias. Segundo Costa, Horta Roldán e Dal Rosso (2014) e Dal Rosso (2012), há duas tendências na evolução da jornada média de trabalho no mundo. Uma consiste na sua diminuição, outra, no sentido contrário, consiste no prolongamento da jornada.

O terceiro fator é a produtividade. Lima (2002) mostra como este aspecto será muito bem utilizado pelo toyotismo. Por ser um modo de produção próprio de um período de crise, o toyotismo se assenta no princípio de aumentar a produtividade com a diminuição constante dos trabalhadores (Lima, 2002), na eliminação completa das perdas e no estoque-zero. Este primeiro aspecto perverso aliado aos novos métodos de gestão - *kanban*, *just in time*, *andon*, círculos de controle de qualidade, bônus por produtividade, terceirização – e à automação exigirá sempre um ritmo alucinante de trabalho (Lima, 2002), garantindo a extração de mais-valia a partir do aumento da intensidade do trabalho e da produtividade (Dal Rosso, 2008).

No entanto, enquanto a intensidade do trabalho apenas exige mais extração de mais-valia, ou seja, de trabalho não pago, a produtividade exige uma inovação no processo de trabalho e um maior envolvimento do trabalhador nesse processo (Alves, 2011; Antunes, 2010). Dessa forma, este artigo visa investigar mais de perto a relação entre intensidade e produtividade sobre a subjetividade dos trabalhadores.

Já que “o motivo que impele o capital é a maior exploração possível da força de trabalho, a maior produção possível de mais-valia” (Marx, 1984, p. 381), investigar essas três magnitudes relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia, intensidade, produtividade e jornada de trabalho é fundamental para compreender o capitalismo e o padrão de acumulação atual.



É possível para o capitalista aumentar a extração de mais-valia, sem alterar a jornada de trabalho e a intensidade. Para isso, ele precisa aumentar a produtividade do trabalho, o que implica em economizar meios de produção e evitar trabalho inútil.

“A produtividade significa uma modificação no processo de trabalho por meio do qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma mercadoria conseguindo com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor de uso” (Marx, 1984, p. 362).

O aumento da produtividade e o da intensidade atuam na mesma direção. Ambos aumentam a quantidade produzida num dado espaço de tempo. Ambos reduzem, portanto, a parte da jornada que o trabalhador precisa para produzir seus meios de subsistência ou o equivalente a eles, ou seja, ambos são formas de extração de mais-valia relativa, enquanto o prolongamento da jornada de trabalho extrai mais-valia absoluta. E o capital combina ambas as formas de extração de mais-valia.

Também é importante ressaltar que para entender o impacto da produtividade e da intensidade na subjetividade dos trabalhadores, é preciso entender que o processo de produção capitalista no seu aspecto fetichista. Sobre este aspecto, Marx afirma:

“A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos (...). Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 1984, p. 374).

Inicialmente, apareceria sem propósito, à luz da teoria do valor, tentar entender se a produtividade possui algum impacto positivo na subjetividade do trabalhador, devido à constituição do próprio processo de trabalho que aliena o trabalhador, o submete a condições deploráveis de vida, que lhe aparece como algo totalmente independente, conforme descrito abaixo:

“Na produção capitalista, as condições de trabalho aparecem como se fossem independentes do trabalhador, por isso, sua economia se apresenta como uma operação particular que em nada interessa ao trabalhador e, portanto, distinta dos métodos que elevam sua produtividade pessoal” (Marx, 1984, p. 374).



“O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador instrumento direto de criar mais-valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar” (Marx, 1984, p. 584).

“O capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna” (Marx, 1984, p. 263).

“Quando o trabalhador livre repousa por um instante, a economia sórdida que o segue com seus olhos inquietos afirma que ele a está roubando” (Marx, 1984, p. 263).

Mas o capital adota meios de envolver o trabalhador no processo produtivo, como as formas salariais, que serão abordados, em seguida, neste artigo e são fundamentais para entender essa “captura” da subjetividade do trabalhador tanto na época de Marx como na contemporaneidade.

Vários autores (Antunes, 2009; Alves, 2011) destacam que o toyotismo procurou envolver de forma mais forte e intensa a subjetividade dos trabalhadores, ampliando as formas modernas de fetichismo, mobilizando “conhecimento, capacidades, atitudes e valores” (Alves, 2011, p.113), conforme descrito abaixo:

“A organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital, o que se busca ‘capturar’ não é apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual – afetiva, construída para a cooperação com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar ‘proativamente e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam” (Alves, 2011, p. 111).

“O método toyotista exige deles inteligência, fantasia e iniciativa em operações produtivas” (Alves, 2011, p. 118)

“Os elementos mediativos da ‘captura’ da subjetividade do trabalho no processo de produção do capital sob o toyotismo devem ser apreendidos em seus vínculos ‘orgânicos’ com os valores-fetice e disposições subjetivas que surgem no sociometabolismo da barbárie” (Alves, 2011, p. 121).

“As técnicas de manipulação buscam atingir o conteúdo oculto da pré-consciência e do inconsciente humano, visando a influenciar o comportamento dos indivíduos sociais” (Alves, 2011, p. 129).



Em nosso entendimento é a forma salarial como o trabalhador é remunerado que irá permitir de forma mais concreta essa “captura” da subjetividade do trabalhador. Mais adiante será demonstrado como o salário por peça foi reintroduzido na contemporaneidade.

Marx descreve nos Capítulos XVIII e XIX do Livro I, de “O Capital” que, em 1858, os assalariados por peça eram 4/5 de todos os trabalhadores das fábricas e que estes percebiam que essa forma particular de exploração do trabalho era extremamente negativa. Como demonstrado abaixo:

“O capitalista pode então extrair do trabalhador determinada quantidade de trabalho excedente sem lhe proporcionar o tempo de trabalho necessário à própria manutenção. Pode destruir toda regularidade da ocupação e fazer alternarem-se, de acordo com sua comodidade, arbítrio e interesse momentâneo, o mais monstruoso trabalho excessivo com a desocupação relativa ou absoluta. Pode, sob o pretexto de pagar o ‘preço normal do trabalho’ prolongar anormalmente a jornada de trabalho sem qualquer compensação correspondente para o trabalhador. Daí a revolta perfeitamente racional, em 1860, dos trabalhadores de Londres, empregados no ramo de construção, contra a tentativa dos capitalistas de impor-lhes esse sistema de salário por hora. A limitação legal da jornada de trabalho pôs fim a este abuso, embora sem naturalmente impedir o subemprego decorrente da concorrência da maquinaria, das mudanças na qualidade dos trabalhadores empregados, das crises parciais e gerais” (Marx, 1984, p. 630).

Como conclui Marx acima a limitação legal da jornada de trabalho, ou seja, o estabelecimento do salário por tempo de trabalho foi uma conquista dos trabalhadores do século XIX.

O salário por hora e o salário por peça permite o rompimento da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente, trabalho pago e não pago, dissimula o trabalho gratuito do assalariado.

“O salário por peça dá à primeira vista a impressão de que o valor-de-uso vendido pelo trabalhador não é a função de sua força de trabalho, o trabalho vivo, mas o trabalho já materializado no produto, e de que o preço desse trabalho não é determinado, como no salário por tempo, pela fração valor diário da força de trabalho sobre jornada de trabalho determinada em número de horas, mas pela capacidade de produção do trabalhador” (Marx, 1984, p. XX).

Este tipo de salário se torna um instrumento de descontos salariais e proporciona ao capitalista uma medida precisa da intensidade do trabalho. Só se considera tempo de trabalho necessário e, portanto, remunerado, o tempo de trabalho que é corporificado na



mercadoria. Ou seja, a qualidade é controlada pelo próprio resultado. O trabalhador só será pago integralmente se produzir aquela quantidade de mercadorias com a qualidade média exigida.

Se observarmos o trabalho nas empresas-aplicativos é um trabalho por peça, conforme descrito acima por Marx. O trabalhador recebe por cada mercadoria que ele entrega e só é considerado trabalho remunerado o trabalho corporificado na entrega da mercadoria. Ele só será pago se conseguir chegar ao destino e entregar aquela mercadoria. Fritzen e Misoczky (2018) e Fritzen, Abdala e Silva (2017) discutem “o fetiche das empresas-aplicativo” e “o fetiche da economia de compartilhamento”, mas sem considerar este aspecto da remuneração por peça.

Além disso, o salário por peça torna desnecessário o trabalho de inspeção, facilita que entre capitalista e trabalhador se insiram uma série de intermediários que subalugam o trabalho, permite ao trabalhador principal contratar outros trabalhadores e produz um impacto extremamente negativo na subjetividade dos trabalhadores. Assim afirma Marx:

“Nessa forma aparente que torna invisível a relação verdadeira e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões, todos os embustes apologéticos da economia vulgar” (Marx, 1984, p. 624).

“O salário por peça marca uma época na história do trabalhador, está a meio caminho entre o jornaleiro e o artesão. Eles são seus próprios patrões” (Marx, 1984, p. 636).

“Dado o salário por peça é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal (...). A maior margem de ação proposta pelo salário por peça influi no sentido de desenvolver de um lado a individualidade do trabalhador e com ela o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole e do outro a concorrência e a emulação entre eles (Marx, 1984, p. 641).

Na contemporaneidade, esse mesmo discurso da liberdade, independência e autocontrole está por detrás da submissão do trabalhador a condições de trabalho extremamente extenuantes. A realidade do trabalhador nas empresas-aplicativo é de uma jornada de doze horas por dia, ausência total de proteção social (auxílio doença, auxílio acidente e aposentadoria) e um salário de R\$ 2 mil por mês. Para isso, muitas vezes, este trabalhador é obrigado a dormir nas ruas ou praças nos centros da cidade e abdicar dos seus finais de semana (Machado, 2019).



O salário por peça, portanto, é uma forma de aumentar a jornada e a intensidade do trabalho e rebaixar o salário. Marx afirma que “o prolongamento da jornada, mesmo permanecendo constante o salário por peça, acarreta por si mesmo baixa no preço do trabalho” (Marx, 1984, p. 643) e afirma que o salário por peça é a forma mais adequada ao modo de produção capitalista. “O aumento da quantidade de peças produzidas leva à diminuição do salário por peça que leva à diminuição do tempo empregado na produção de cada peça” (Marx, 1984, p. 643).

Essa redução salarial correspondente à redução do preço da mercadoria, provocada pelo salário por peça, faz o trabalhador reagir, uma vez que ele toma a sério a aparência do salário por peça e acredita que não estão lhe pagando o que ele produziu. Ou seja, essa forma de salário levou a lutas constantes, afirma Marx, e à adoção do salário por tempo, à fixação de uma jornada de trabalho.

Com o neoliberalismo, o retrocesso na organização sindical, a precarização do trabalho, houve um retorno ao salário por peça e por hora. A reforma trabalhista de 2017, no Brasil, introduziu a modalidade de salário por hora, o “trabalho intermitente”. O “trabalho intermitente” prevê que

“A prestação de serviço não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade e do empregado e do empregador” (Brasil, 2017).

Esta modalidade obriga o trabalhador a trabalhar de forma esporádica e receber de acordo com a quantidade de horas trabalhadas. O valor pago por cada hora é negociado diretamente entre patrão e empregado e não pode ser inferior ao mínimo (R\$ 4,26) e não há quantidade mínima de horas que a empresa é obrigada a pagar. Por isso, o trabalhador é obrigado a firmar contratos de trabalho intermitente com várias empresas ao mesmo tempo para tentar chegar ao final do mês com pelo menos um salário mínimo (Flores, 2017).

Este trabalhador, portanto, pode chegar a receber um salário menor que o valor da sua força de trabalho e terá que arcar ele mesmo com a contribuição previdenciária para poder ter direito ao auxílio saúde, auxílio acidente e à aposentadoria.

O bônus por produtividade, nas indústrias brasileiras chamado de Participação nos Lucros e Resultados, é uma espécie de salário por peça. Uma compensação pelo esforço e o engajamento no alcance às metas estipuladas, sendo um incentivo a mais para aumentar o ritmo de produção, a disciplina no trabalho e a vigilância entre os próprios trabalhadores.



E que alimenta a ilusão no trabalhador de que se ele trabalhar de forma intensa e produzir mais ao longo do ano receberá um valor mais alto de bônus ao final.

O Controle de Qualidade consiste em um método para eliminar a ocorrência de defeitos por meio da inspeção de todos os produtos e não de uma amostragem e a redução do tempo decorrido entre a detecção do erro e a sua correção. O toyotismo reduz o trabalho à produção da maior quantidade possível de mercadorias perfeitas e sem defeitos e o estoque zero pressiona o trabalhador a produzir estas mercadorias sem defeitos, já que ele produz sob demanda e não há estoque.

Adotando a perspectiva marxista de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (Marx, 2011, p. 5) compreendemos que para o entendimento da “captura” da subjetividade dos trabalhadores pelo toyotismo, com o estímulo ao aumento da produtividade, da intensidade e da jornada de trabalho, é fundamental resgatar a discussão sobre as diferenças estabelecidas entre salário por peça, por hora e por tempo de trabalho.

Conclusão

Dessa forma, podemos afirmar que não é possível, de acordo com a teoria do valor, afirmar que o aumento da produtividade em si produziria no trabalhador um sentimento positivo, de satisfação ou realização e o da intensidade um sentimento negativo. Tendo em vista o fato de que seu trabalho é alienado, o trabalhador não se reconhece no seu trabalho e nos produtos criados por ele. Mas a revisão bibliográfica permitiu identificar que o trabalhador pode considerar positivo aumentar sua produtividade e intensidade do trabalho a depender da forma como ele é remunerado. O salário por peça ou por hora é uma maneira de induzi-lo a isso, uma vez que lhe dá a impressão de que o valor-de-uso vendido é o trabalho materializado no produto e que o preço da mercadoria produzida não é determinado pelo tempo de trabalho despendido na sua produção, mas pela capacidade de produção do trabalhador.